



POLÍTICA

CONSTITUIÇÃO

Bancada gaúcha critica reforma da Previdência

Os parlamentares decidiram fazer um apelo ao governo para que retire as emendas em tramitação no Congresso

ANTONIO CARLOS CAMPOS

Sucursal-Brasília

Parlamentares da bancada do Rio Grande do Sul no Congresso reunidos ontem, decidiram convencer o governo a desistir da reforma da Previdência Social. A proposta é do ex-ministro da Previdência e deputado Jair Soares (PFL). Ele prevê a derrota do governo pela insistência de manter a reforma em tramitação. Durante a reunião, o deputado Wilson Cignachi (PMDB) começou a colher adesões a um documento que apela ao governo para que abandone a reforma previdenciária.

As críticas da bancada gaúcha à reforma da Previdência e as sugestões para que o governo abra mão dela sucederam uma avaliação de integrantes da Associação de Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris), liderados pelo presidente da entidade, Günter Spode. Os representantes da Ajuris afirmaram aos parlamentares gaúchos que a reforma é inteiramente inconstitucional. A previsão da Ajuris é de que a aprovação da reforma pelo Congresso acabará abarrotando a Justiça de ações de segurados e aposentados, reclamando desrespeito aos seus



Reforma: Redeker (E), Jarbas (C) e Motta debateram a retirada das emendas

direitos adquiridos.

"A falta de apoio à reforma da Previdência é tal que só se o governo quiser se submeter a uma derrota colocará as emendas em votação", adverte Jair Soares. Para ele "não há outro caminho senão desistir". O deputado do PFL sugere como alternativa para a retirada das emendas constitucionais uma reforma reformada negociada, através de legislação ordinária e complementar.

O deputado Adylson Motta (PPR), por exemplo, classificou de inoportuna e incompetente a forma de encaminhamento dado pelo governo às emendas da Previdência. "Com elas, o governo praticou também uma agressão ao Direito Constitucional, quebrando inclusive cláusulas pétreas", avalia Motta. Cláusulas pétreas são dispositivos da Constituição que não podem ser alterados. Adylson Motta acredita que as emendas não terão votos favoráveis no critério de admissibilidade — primeiro passo para que possa continuar em tramitação no Congresso. "Eu mesmo apelei ao ministro Reinhold Stephanes para que tenha um gesto de humildade, retirando as emendas, até mesmo para contar com a boa vontade futura desta Casa", argumenta.